

Resumo: O texto visa propor uma “concepção forte” de comunidade para desafiar a ideologia individualista, presente no conceito de redes sociais, predominante na atualidade. Uma boa comunidade é aquela em que há argumentação e até conflito sobre o significado dos valores e objetivos compartilhados; é o lugar em que nos comunicamos com os outros, tomamos decisões, chegamos a acordos sobre padrões e normas, perseguimos em conjunto o esforço de criar uma forma de vida de valor. Daí, o texto procura aplicar esta concepção na atual configuração da “paróquia” no Brasil.

Abstract: This text aims to propose a “strong design” of community to challenge the individualistic ideology, in this social networking concept, prevalent nowadays. A good community is one in which no argument and even conflict over the meaning of shared values and goals, is the place in which we communicate with others, make decisions, come to agreements on standards and norms, we pursue together the effort to create a way of life value. Hence, this text seeks to apply this concept in the current configuration of the “parish” in Brazil.

A paróquia e um conceito “forte” de comunidade:

Uma compreensão pela sociologia e pela pastoral

*Prof. Sérgio Ricardo Coutinho**

* Mestre (UnB) e doutorando (UFG) em História Social, professor de Teoria Política e de Formação Política e Econômica do Brasil no curso de Serviço Social do Centro Universitário IESB de Brasília, professor de História da Igreja no Instituto São Boaventura, presidente do Centro de Estudos em História da Igreja na América Latina (CEHILA-Brasil) e assessor da Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato, Setor CEBs, da CNBB.



1 O “sentimento de comunidade”: o conceito pelo olhar da Sociologia Clássica e Contemporânea

O conceito de *comunidade* nunca foi uma unanimidade. Os autores clássicos, como Ferdinand Tönnies, procuravam conceituar a *comunidade* em oposição à *sociedade*. Tönnies procurou criar um conceito “puro” de comunidade, idealizada, oposta ao conceito de *sociedade*, criado pela vida moderna. Para Tönnies, *Gemeinschaft* (comunidade) representava o passado, a aldeia, a família, o calor. Tinha motivação afetiva, era orgânica, lidava com relações locais e com interação. As normas e o controle davam-se através da união, do hábito, do costume e da religião. Seu círculo abrangia família, aldeia e pequena cidade. Já *Gesellschaft* (sociedade) era a frieza, o egoísmo, fruto da calculista modernidade. Sua motivação era objetiva, mecânica, observava relações supralocais e complexas. As normas e o controle davam-se através de convenção, lei e opinião pública. Seu círculo abrangia metrópole, nação, Estado e Mundo. Para Tönnies, a *comunidade* seria o estado ideal dos grupos humanos. A *sociedade*, por outro lado, seria a sua corrupção.¹

No entendimento de Max Weber, o conceito de *comunidade* baseia-se na orientação da ação social. Para ele, a *comunidade* funda-se em qualquer tipo de ligação emocional, afetiva ou tradicional. Weber explica *comunidade* pelo tipo de relação social provocada por uma ação social: “Chamamos de comunidade uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal – baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes”.² Para Weber, a *comunidade* só existiria propriamente quando, sobre a base de um sentimento de situação comum e de suas consequências, está também situada a ação reciprocamente referida e essa referência traduz o *sentimento de formar um todo*. Dessa forma, a visão de uma comunidade como “redentora” e tipo “ideal” de convivência humana permeia muitas das visões e ideias da sociologia clássica, bem como a dicotomia entre *comunidade* e *sociedade*.

Por isso, a palavra *comunidade* era (e ainda é em muitos círculos acadêmicos) frequentemente utilizada no sentido de “grupos de pequena

¹ MERLO, Valério. *Rumo à Origem da Sociologia Rural: Vontade Humana e Estrutura Social no Pensamento de Ferdinand Tönnies*. In MIRANDA, Orlando. *Para Ler Ferdinand Tönnies*. SP: EDUSP, 1995.

² WEBER, Max. *Conceitos Básicos de Sociologia*. SP: Editora Moraes, 1987, p. 77.



escala”, de relações diretas, particularmente a pequena cidade, a vila, o vilarejo, o povoado; é o que os alemães chamam de *Gemeinschaft*. Há uma longa tradição de glorificação desse tipo de *comunidade*, mas de uma maneira frequentemente sentimental e nostálgica. A ideia moderna de *comunidade* começou a se distinguir de seu protótipo antigo, apoiando-se em diferentes princípios de coesão entre os seus elementos constituintes, como o contraste entre parentesco e território, sentimentos e interesses, etc. Este conceito “moderno” de *comunidade* foi identificado com diversos aspectos complexos como a *coesão social*, a *base territorial*, o *conflito* e a *colaboração* para um fim comum, e não mais a ideia de uma relação familiar, como na *Gemeinschaft* tönnesiana.

Palacios³ enumera os elementos que caracterizariam esse tipo complexo de *comunidade*: o sentimento de pertença, a territorialidade, a permanência, caráter corporativo, emergência de um projeto comum e a existência de formas próprias de comunicação. O *sentimento de pertença*, ou “pertencimento”, seria a noção de que o indivíduo é parte do todo, coopera para uma finalidade comum com os demais membros (caráter corporativo, sentimento de comunidade e projeto comum); a *territorialidade*, o *locus* da comunidade; a *permanência*, condição essencial para o estabelecimento das relações sociais.

Outros autores, como Beamish⁴, explicam que o significado de *comunidade* giraria em torno de dois sentidos mais comuns. O primeiro refere-se ao *lugar físico*, geográfico, como a vizinhança, a cidade, o bairro. Assim, as pessoas que vivem em um determinado lugar geralmente estabelecem relações entre si, devido à proximidade física, e vivem sob convenções comuns. O segundo significado refere-se ao *grupo social*, de qualquer tamanho, que divide interesses comuns, sejam religiosos, sociais, profissionais, etc. Ou seja, Beamish separa o conceito sob dois aspectos: o do *território* como elemento principal na constituição do grupo e/ou o *interesse comum* (e neste caso, o território comum não é mais condição para a existência das relações entre as pessoas) como cerne da constituição do grupo.

³ PALACIOS, Marcos. *Cotidiano e Sociabilidade no Cyberespaço: Aparentamentos para Discussão*. Disponível em: <<http://facom/ufba/br/pesq/cyber/palacios/cotidiano.html>>.

⁴ BEAMISH, Anne. *Communities on-line: A Study of Community-Based Computer Networks*. Tese de Mestrado em Planejamento de Cidades. Instituto de Tecnologia de Massachusetts – Estados Unidos. 1995. Disponível em: <<http://albertimit.edu/arch/4.207/anneb/thesis/toc.html>>.



Pode-se observar assim que o termo *comunidade* evoluiu de um sentido quase “ideal” de família, comunidade rural, passando a integrar um maior conjunto de grupos humanos com o passar do tempo. Com o advento da Modernidade e da urbanização, principalmente, as comunidades rurais passaram a desaparecer, cedendo espaço para as grandes cidades. Com isso, a ideia de *comunidade* como a sociologia clássica a concebia, como um tipo rural, ligado por laços de parentesco em oposição à ideia de *sociedade*, parece desaparecer não da teoria, mas da prática.

Ray Oldenburg, citado por Hamman⁵ e Rheingold⁶, afirma que as comunidades estariam desaparecendo da vida moderna devido à falta dos lugares que ele chama de “*great good places*” (“lugares muito bons”). Segundo ele, haveria três tipos importantes de “lugares” em nossa vida cotidiana: o lar, o trabalho e os “terceiros lugares”, referentes àqueles onde os laços sociais fomentadores das comunidades seriam formados, como a igreja, o bar, a praça etc. Esses lugares seriam mais propícios para a relação social que ele julga necessária para o “sentimento de comunidade”, porque seriam aqueles onde existe o “lazer”, onde as pessoas encontram-se de modo desinteressado para se divertirem (lugares de vida pública “informal”, nas palavras do autor). Como esses lugares estariam desaparecendo da vida moderna, devido às atribulações do dia-a-dia, as pessoas estariam sentindo que o “sentimento de comunidade” estaria em falta. O trabalho de Oldenburg revelou que na maior parte das cidades da América do Norte e do Ocidente realmente havia um declínio desses “terceiros lugares”. Daí a constatação de Bauman: “a decadência da comunidade nesse sentido se perpetua; uma vez instalada, há cada vez menos estímulos para deter a desintegração dos laços humanos e para procurar meios de unir de novo o que foi rompido”.⁷ Por outro lado, este “sentimento” é paradoxal. Como afirma o mesmo Bauman, “não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade”.⁸ Rheingold aponta esta ausência do “sentimento de comunidade” como uma das causas do surgimento das chamadas *comunidades virtuais* ou *redes sociais*.

⁵ HAMMAN, Robin. *Introduction to Virtual Communities Research and Cybersociology Magazine Issue Two* in <http://members.aol.com/Cybersoc/is2intro.html>.

⁶ RHEINGOLD, Howard. *La Comunidad Virtual: Una Sociedad sin Fronteras*. Gedisa Editorial. Colección Límites de La Ciencia. Barcelona, 1994, p. 61.

⁷ BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. RJ: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 48.

⁸ Idem, p. 10.



2 Do conceito de comunidade para o de rede social: uma nova sociabilidade?

A generalização da atual interconexão entre as pessoas tem chamado a atenção de muitos teóricos, sobre seus efeitos no quadro das relações individuais e igualmente na forma como os grupos se comportam quando se constituem como redes de alta densidade. Todos eles apontam para uma mesma situação: estamos em rede, interconectados com um número cada vez maior de pontos e com uma frequência que só faz crescer.

Em função disso, o que os recentes analistas de redes apontam é para a necessidade de uma *mudança* no modo de compreender o conceito de *comunidade*: novas formas de comunidade surgiram, o que tornou mais complexa nossa relação com as antigas formas. Para isso, o foco se dirige diretamente para os “laços sociais e para os sistemas informais de troca de recursos”, ao invés de focar nas pessoas vivendo em vizinhanças e nas pequenas cidades. O que se verá é uma imagem das relações interpessoais bem diferentes daquelas com as quais a sociologia clássica se habituou a pensar.

Por isso, as análises recentes remetem para uma transmutação do conceito de *comunidade* para o de *rede social*. Se solidariedade, vizinhança e parentesco eram aspectos predominantes quando se procurava definir uma *comunidade*, hoje eles seriam apenas alguns dentre os muitos padrões possíveis das *redes sociais*. Atualmente, o que os analistas estruturais procuram avaliar são as formas nas quais padrões estruturais alternativos afetam o fluxo de recursos entre os membros de uma *rede social*. Estaríamos diante de *novas formas de associação*, imersos numa complexidade chamada *rede social*, com muitas dimensões, e que mobiliza o fluxo de recursos entre inúmeros indivíduos distribuídos segundo padrões variáveis.

Deste modo, para esses analistas de redes e sociólogos urbanos, o conceito de *redes sociais* responderia a uma compreensão da interação humana de modo mais amplo que o de *comunidade*. As análises sociológicas de Granovetter⁹ e Wellman¹⁰ caminhavam nessa direção já no final dos anos 1970, e as proposições filosóficas de Deleuze e Guattari também seguiram esse caminho nessa mesma época. Conceitos como

⁹ GRANOVETTER, M. *Le marché autrement*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.

¹⁰ WELLMAN, B. & BERKOWITZ, S. D. *Social structures: a network approach*. New York: Cambridge University Press, 1988.



*rizoma*¹¹ e *agenciamento coletivo* procuravam traduzir o sentimento de que a sociedade do final do século XX já não se organizava mais segundo parâmetros convencionais de localidade, parentesco, vizinhança etc.¹² Essas reflexões surgiram, de fato, ao mesmo tempo em que se desencadeava uma profunda revolução nos meios de comunicação. Isto acabou por provocar uma mudança determinante na forma de interação entre os indivíduos, no modo como cada um poderia interagir e estar em contato com outros ao seu redor. É o que vivenciamos hoje, com o surgimento do *ciberespaço*, a multiplicação das ferramentas de colaboração *on-line*, as tecnologias de comunicação móvel se integrando às mídias tradicionais etc.

E o resultado mais conhecido de todo esse processo são as *comunidades virtuais*. Desde seu início, elas sempre foram criticadas pela ausência de contato físico entre seus participantes. Mas para Pierre Lévy¹³, as comunidades virtuais são uma *nova forma de se fazer sociedade*. Essa nova forma é rizomática (cf. nota 12), transitória, despreendida de tempo e espaço, baseada muito mais na cooperação e trocas objetivas do que na permanência de laços. E isso tudo só foi possível com o apoio das novas tecnologias de comunicação. Assim, para estes sociólogos, não se trataria mais de definir relações de *comunidade* exclusivamente em termos de laços próximos e persistentes, mas se deveria mudar o foco em direção às *redes pessoais*. É cada indivíduo que está apto a construir sua própria rede de relações, sem que essa rede possa ser definida precisamente como *comunidade*.

A pergunta que fica é: esta nova forma de sociabilidade preencheria a perda do “sentimento de comunidade”? A “permanência de laços”, no tempo e no espaço, não faz mais sentido hoje?

3 Um conceito “forte” de comunidade: a dimensão discursiva-normativa

Pode-se buscar uma explicação “política” para esta perda do “sentimento de comunidade” e a sua substituição por novas sociabili-

¹¹ Termo oriundo da Botânica e é aplicado para a *extensão do caule que une sucessivos brotos. É a parte rasteira que cresce horizontalmente no subterrâneo*. A grama é um exemplo bastante conhecido de planta rizomática, assim como o bambu e a cana de açúcar – todos da família das gramíneas.

¹² DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1982.

¹³ LÉVY, Pierre. *Cyberdemocratie*. Paris: Odile Jacob, 2002.



dades em torno das *redes sociais* em nossa sociedade contemporânea. O fortalecimento do Estado, após a “Era das Revoluções” (E. Hobsbawm), trouxe como consequência a localização abstrata do homem, constituído como cidadão na medida em que ultrapassasse laços particularizados, rejeitando eventuais identidades comunitárias, para integrar-se definitivamente ao Estado-nação, pois esta última pressupõe, de uma maneira ampla, “a adesão prioritária do cidadão à nação concebida como uma entidade superior a todas as outras comunidades intermediárias”.¹⁴

No entanto, a concepção de Estado que tem predominado em nossa sociedade é o moldado pelo *modelo normativo liberal* de democracia. Nesse modelo, a noção de direitos individuais é anterior a qualquer atividade política. A autonomia privada (liberdade) é o grande bem a ser preservado, na medida em que os indivíduos são capazes de formular suas próprias concepções de vida digna, independentemente do Estado. Quaisquer vínculos sociais são de importância secundária e podem ser sempre restringidos em nome da garantia da autonomia privada. Assim, o Estado é visto como um aparelho burocrático que garante a realização de interesses individuais predefinidos.

Podemos dizer que este modelo, excessivamente legalista e formalista, negligencia a importância da *solidariedade social*. Sociedades e instituições nunca poderão ser baseadas unicamente no contrato que maximiza as oportunidades de indivíduos. Devem, ao contrário, ser também, sociedades e instituições preocupadas com a busca do bem comum. Por isso, é necessário propor uma “concepção forte” de *comunidade* para desafiar a ideologia individualista, também presente no conceito de *redes sociais*, predominante na atualidade.

Neste sentido, mostra-se bastante útil o pensamento de Martin Heidegger sobre o modo de ser da existência humana. Para o filósofo, *ser-com-o-outro* faz parte da existência humana. A vida em *comunidade* não é uma opção solipsista, pois o cidadão é com o outro cidadão a partir das referências existenciais cotidianas. A *comunidade* é crucial para a determinação do “mundo”; isto é, o “mundo” é sempre compartilhado, e a *comunidade* o espaço no qual os elementos compartilhados são construídos. Considerando as características dessa existência humana, compreender a *comunidade* exige voltar-se para o conjunto de situações

¹⁴ NAY, Oliver. *História das Ideias Políticas*. RJ: Vozes, 2007, p.505.



concretas em que é construída, sem se esquecer da importância da linguagem, pois *toda comunidade é uma instância discursiva*.

Quando no mundo de hoje qualquer grupo social (da família à espécie humana), enfrenta questões fundamentais em relação à própria viabilidade de nosso modo de vida atual, não podemos deixar de nos perguntar o que queremos ser e aonde queremos ir. O que faz de um grupo uma *comunidade* e não uma simples associação contratual, para a maximização de interesses dos indivíduos envolvidos (como no modelo normativo liberal), é uma preocupação compartilhada com a questão de saber o que fará deste grupo um bom grupo, questão essa que geralmente não é opcional, pelo contrário: da resposta dada a ela depende o próprio futuro do grupo. Qualquer instituição, como uma universidade, cidade ou sociedade, desde que procure ser uma *comunidade*, precisa se perguntar o que é uma boa universidade, o que é uma boa cidade ou o que é uma boa sociedade, etc. Desde que obtenha *consenso* a respeito do bem que deve realizar (o que será sempre contestável e aberto ao debate), torna-se uma *comunidade* com alguns valores comuns, mas também com objetivos comuns.

Uma boa *comunidade* é aquela em que há *argumentação* e até conflito sobre o significado dos *valores e objetivos compartilhados*, e certamente como serão realizados no dia-a-dia. *Comunidade* é o lugar em que nos *comunicamos com os outros*, tomamos decisões, chegamos a acordos sobre padrões e normas, perseguimos em conjunto o esforço de criar uma *forma de vida de valor*. Este é o “mundo da vida” (o *Lebenswelt* de Jürgen Habermas) e é lá que se realiza a *comunidade*.

4 A Paróquia enquanto “Comunidade de Comunidades” ou “Rede de Comunidades”

O que significam essas reflexões para a compreensão atual da Paróquia? *Rede de comunidades* (ou *redes sociais*) nos conduz a pensar em duas realidades. Uma nova maneira de pensar a articulação do *tecido social* e, o que nos interessa aqui sobretudo, uma nova maneira de pensar a *estrutura eclesial* (“um novo jeito da igreja ser”). Como vimos, apesar de serem estruturadas de forma transitória, desprendida de tempo e espaço, baseada muito mais na cooperação em vista de trocas objetivas que propriamente na permanência de laços, sociologicamente a *rede de comunidades* desloca o modo de pensar a estrutura social em si. Em vez



de assumir a forma piramidal, opta-se pela interligação entre os corpos sociais: a forma *rizomática*.

As duas metáforas – *pirâmide* e *rede* – traduzem bem a diferença. A *pirâmide* pensa o poder a partir da ponta, do chefe, da autoridade maior. Dela derivam as ordens, as decisões para a base realizar. Não se trata necessariamente de autoritarismo no sentido de defeito, de abuso de poder. Acontece haver autoridades delicadas, finas, respeitosas, mas elas decidem e a base realiza. A questão não gira em torno de pessoas, mas da concepção de funcionamento da instituição em questão. A estrutura piramidal concentra, em última análise, o poder, pratica-o de maneira hierarquizada tanto no comando como na execução. Impera a figura geométrica do vertical.

De fato, novas técnicas de coleta de dados mais sistemáticas, desenvolvidas desde os anos de 1950, mostraram que as comunidades tradicionais (naquele sentido idealizado por Tönnies) não eram tão solidárias quanto se acreditava. Analisando algumas sociedades de países em desenvolvimento ou pobres, constatou-se que muitas localidades (vilas, povoados, pequenas cidades) não possuem comunidades de suporte, redes sociais ou laços de parentesco consistentes como se imaginava. Para Wellman e Berkowitz, esses estudos mostram que “as relações dentro dessas sociedades pré-industriais são em geral hierárquicas, com laços de exploração especializados, com uma profunda divisão separando facções. Além disso, historiadores têm sistematicamente usado fontes demográficas e de arquivo para demonstrar que muitas comunidades pré-revolução industrial eram menos solidárias do que se pensava”.¹⁵

A experiência destas *redes sociais* contemporâneas, e de suas *comunidades virtuais*, traz em si outra concepção de estruturação social que é a sua *horizontalidade rizomática*. Por isso, a metáfora da *rede* modifica o esquema fundamental. Os corpos menores relacionam-se entre si, e da conjugação de suas deliberações surgem as decisões. Predomina a busca do consenso entre todos. As informações circulam livremente. Evita-se a concentração de poder em determinados cargos. Todos se ligam com todos. Predomina a figura geométrica do horizontal.

¹⁵ Cf. Wellman e Berkowitz, op. cit., p. 125.



Conforme Pe. Almeida¹⁶, do ponto de vista estritamente sociológico, constata-se que muitas paróquias no Brasil se caracterizam por serem uma:

- a) Instituição de Cristandade¹⁷;
- b) Organização de Massa¹⁸;
- c) Caráter territorial¹⁹;
- d) Centralidade do culto²⁰;
- e) Arquiteta da unidade e da ordem²¹;
- f) Liderança sacerdotal²²;
- g) Instituição econômico-financeira²³.

Sabedores desta realidade, os bispos na Conferência de Aparecida pedem reiteradamente que as paróquias se transformem “cada vez mais em comunidades de comunidades” (DA 99, 179, 309) e, para isso, “exige-se a reformulação de suas estruturas, para que sejam uma

¹⁶ ALMEIDA, Pe. Antonio José de. *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*. SP: Paulinas, 2009, pp. 63-87.

¹⁷ De forma simples e objetiva, *Cristandade* é mais que o modo concreto pelo qual a Igreja vive num determinado tempo e numa determinada cultura, mas sim a formação gradual de um modo de os cristãos *regerem, em nome do Evangelho, a sociedade em que vivem*; é a expressão de uma extensa fé coletiva e de um comportamento geral (pelo menos na grande maioria dos povos cristianizados), fiel ao Evangelho e ao Magistério da Igreja.

¹⁸ Nas missas paroquiais, os fiéis estão um ao lado do outro, mas sem comunicação entre si. No máximo há uma relação com o pároco e, através dele, com os demais fiéis. A paróquia, desta forma, *não é uma comunidade*.

¹⁹ Com o Edito de Milão (313) a Igreja foi fazendo suas as estruturas organizativo-administrativas da sociedade civil imperial, criando um paralelismo com as suas circunscrições eclesiais. Vítima de seu *caráter territorial*, a paróquia perde mobilidade e acaba se confundindo com a exterioridade física: a *Igreja-matriz* (simplesmente chamada de *paróquia*, com sua casa paroquial, secretaria e outros espaços físicos).

²⁰ A principal função da paróquia, em sua prática mais constante e universal, não é a pregação, nem o serviço, mas o *culto*. Ela tem mantido e reforçado, ao longo dos séculos, o privilégio de celebrar os sacramentos.

²¹ A paróquia procura (ou pelo menos procurou durante a época de Cristandade) contribuir para a manutenção dos padrões coletivos tradicionais, hierárquicos, de comportamento e de ordem social. A unidade é construída verticalmente, muitas vezes à custa da liberdade individual, e confundindo-se com uniformidade.

²² Na paróquia, tudo gira em torno do *pároco*, que é um *sacerdote*, ou seja, um homem do culto. Responsável pela administração em todos os sentidos e abrangência, em última instância, a paróquia é o “senhor pároco”.

²³ O maior volume do financiamento da Igreja passa pelas paróquias. Sendo que outras instâncias eclesiais necessitam de dinheiro para se sustentar e sustentar suas atividades, a *captação de recursos financeiros* nas paróquias é incessante.



rede de comunidades e grupos, capaz de se articular, conseguindo que os participantes se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão” (DA 172).

Mas como? Como fazer a paróquia se tornar uma “comunidade de comunidades” naquele “sentido forte” de *comunidade* enquanto o lugar em que nos *comunicamos com os outros*, tomamos decisões, chegamos a acordos sobre padrões e normas, perseguimos em conjunto o esforço de criar uma forma de vida de valor e, no nosso caso, de “valor evangélico”?

Em nossas dioceses, temos muitas *comunidades*. Em muitas delas, costuma-se denominá-las de *comunidades eclesiais de base* (CEBs), em algumas outras têm-se preferido chamar de “pequenas comunidades eclesiais”. Para se ter uma ideia, vejamos este pequeno quadro comparativo com algumas dioceses brasileiras:

Prelazias/ (Arqui)Dioceses	Regional CNBB	Nº Paróquias	Nº de CEBs e/ou Peq. Comum.	Média por Paróquia	Faixa percentual de Católicos (2010)	Densidade Demogr. (Hab./km² 2010)
Tefé (AM)	N 1	14	600	42,8	75-85	2-11
Sinop (MT)	O 2	33	800	24,2	75-85	2-11
Almenara (MG)	L 2	17	271	15,9	75-85	11-24
Crateús (CE)	NE 1	15	804	53,6	+ 92	24-48
Brejo (MA)	NE 5	16	1.250	78	85-92	24-48
Palmas (TO)	CO	35	120	3,4	65-75	48-216
Criciúma (SC)	S 4	29	524	18,06	85-92	48-216
Vitória da Conquista (BA)	NE 3	28	695	24,8	85-92	48-216
Florianópolis (SC)	S 4	67	602	8,9	75-85	48-216
Cachoeiro de Itapemirim (ES)	L 2	41	1.030	25,1	65-75	48-216
Passo Fundo (RS)	S 3	54	900	16,6	85-92	48-216
São Paulo (SP) (Região Brasilândia)	S 1	39	159	4,07	65-75	216-13 mil
Porto Alegre (RS)	S 3	156	738	4,7	65-75	216-13 mil
TOTAL 13 (4,7% das 274 dioceses do Brasil)	11	544 (5,07% das 10.720 paróquias do Brasil)	8.493	15,6 CEBs/Peq. Comum. por Paróquia	64,6 Média nacional	22,4 Média nacional

Igreja “com CEBs” praticamente existe em todo o país. Elas proliferaram, tornando-se pontos vitais de participação, de compromisso, de vida comunitária e de escuta da Palavra. Se quisermos pensar *rede de comunidades*, então não basta que a paróquia, a diocese, “tenha CEBs”, mas que as pensemos em outro esquema de estrutura eclesial, com outras



estruturas de mediação decisória e de atuação. Precisamos distinguir entre “Igreja com CEBs” e “Igreja de CEBs” (*rede de comunidades*).

Em vez de elas se entenderem a partir do centro – matriz ou catedral –, elas se concebem como *conjunto de comunidades entre si ligadas* (horizontalidade rizomática) e dessa conexão emerge a ideia de paróquia ou diocese. Ambas não precedem as comunidades, mas o contrário. Primeiro estão as *comunidades*, que só se compreendem em relação de serviço, de oferta e demanda em relação às outras. E a ideia de diocese ou paróquia surge desse tecido de comunidades. As informações circulam pelas comunidades livremente, e desde daí elas decidem as ações, levando em consideração as outras comunidades na dupla atitude de quem oferece e recebe conforme a sua própria possibilidade e necessidade. Dessa forma, poderíamos falar de uma “Igreja de CEBs”.

Se quisermos mudanças de fato, devemos descentralizar a experiência de fé em muitas de nossas comunidades paroquiais:

- a) Todas as comunidades devem ser estimuladas a dar prioridade à Palavra, para que esta possibilite o despertar e a educação da fé;
- b) Descentralizar a celebração dos sacramentos, desde o batismo, passando pelo matrimônio, até a eucaristia, quando possível. Uma *comunidade* não é mini-matriz, mas tem direito a todos os serviços da fé e caridade;
- c) Que as comunidades mesmas administrem suas próprias finanças;
- d) Os conselhos, econômico e pastoral, são os grandes meios de representação, de participação e de corresponsabilidade dentro das comunidades e no conjunto da paróquia;
- e) Neste processo de descentralização, muda a posição do pároco. Como o bispo tem o seu presbitério e o conselho presbiteral, o pároco deve ter sua equipe de pastoral que o ajude a pensar e a aprofundar a missão da Igreja, e com eles partilhar a missão de articulador das comunidades.

Uso, neste momento, fazer uma proposta para encerrar este texto: que a paróquia se transforme em área geográfica ou jurídica de *pequenas comunidades eclesiais* (CEBs). Considerem-se como “células vivas” da Igreja estas *comunidades de discípulos-missionários*, as comunidades de base, as comunidades geradas pela *Palavra* (com autonomia suficiente para serem base da Igreja). Coordenadas por leigos e leigas ou por diáconos permanentes, quando existirem, cada conjunto de comunidades



se articula dinamicamente, e de forma própria, dentro de uma paróquia, tendo um presbítero como animador e articulador. Talvez isso concretize a proposta de Aparecida para que a paróquia seja, de fato, “uma rede de comunidades e grupos, capaz de se articular, conseguindo que os participantes se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão” (DA 172).

Em que tipo de *rede* gostaríamos que as Paróquias se transformassem: naquela que maximiza os interesses dos indivíduos que privilegiam suas *redes pessoais* (comunidades virtuais), ou naquela que maximiza valores e objetivos compartilhados por meio do debate e das tensões provenientes do “mundo da vida” (comunidades reais)?

O que marca uma *rede* são os seus “laços” e não os “pontos fixos”.

Endereço do Autor:
SKN 212 Bl. A. Ap 114
Asa Norte
70864-010 Brasília, DF